

Ao

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE RORAIMA

Ref.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2024 - EXCLUSIVO PARA MICRO E **PEQUENAS EMPRESAS** PROCESSO ADMINISTRATIVO 21223.000196/2021-21

RECURSO ADMINISTRATIVO DE INABILITAÇÃO

DAS PARTES

SYDESK SERVICOS ADMINISTRATIVOS, AUTOMACAO EMPRESARIAL E TECNOLOGIA LTDA, empresa de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.583.946/0001-91, com sede na Av. Carlos Pereira De Melo, n° 171 Sala 01, Bairro Jardim Floresta, Boa Vista – RR, CEP 69.312-005 neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, por seu representante legal o Sócio Administrador o Sr. SYMON KAMEN VELASCO RODRIGUES BRIGLIA, nacionalidade BRASILEIRA, Casado, Comunhão Parcial, nascido em 29/01/2000, profissão: contador, inscrito no CPF sob nº 930.236.502-68 e registro CRC RR-002153/O-9, residente na Rua Soldado Policia Militar Django Da Silva, nº 1358, Caranã, BOA VISTA - RR CEP: 69313-578, doravante denominado LICITANTE.

DA SOLICITAÇÃO

Esta LICITANTE, por meio do seu represente legal, vem respeitosamente perante Vossas Senhorias apresentar RECURSO contra a habilitação da empresa BRISA TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ: 13.067.440/0001-08, pois conforma análise das demonstrações contábeis apresentadas pela empresa, constatou-se que a empresa faturou R\$ 13.634.362,70 em 2023 e R\$ 8.520.892,16 em 2022, valores estes que estão fora dos limites estabelecidos pela Lei Complementar 123/2006 para enquadramento como ME/EPP. Além disso, a empresa apresentou falsa declaração de que estaria enquadrada como ME/EPP no campo próprio do sistema, alegação falso pois não cumpri os requisitos legais para o reenquadramento estabelecido pela mesma lei.

DOS FUNDAMENTOS

A empresa BRISA TRANSPORTES E SERVICOS LTDA apresentou como documentação contábil o Livro Diário de ordem 14 protocolado sob o nº 24/012.122-8 no







dia 29/08/2024 e dentro do referido livro mais precisamente nas páginas 99-100 contém a DRE que apresenta os seguintes saldos em 2023 e 2022:

		Brisa Transportes e Av Carlo Casadio, 137 – Sala 2 – Joque Vista/RR		Página: 99	
		CNPJ: 13.067.440/0001-08	NIRE: 14200155751		
		Demonstração do Resultado Fiscal	de 01/01/2023 a 31/12/2023		
Código	Classificação	Nome		2023	2022
19	03	RECEITAS		13.634.362,70	7.945.641,4
27	03.1	RECEITAS OPERACIONAIS		13.634.362,70	7.945.641,4
35	03.1.1	RECEITA BRUTA COM VENDAS E SERVIÇOS		13.634.362,70	8.520.892,1
94	03.1.1.03	RECEITAS COM SERVIÇOS		13.634.362,70	8.520.892,1
108	03.1.1.03.001	Serviços Prestados a Vista		13.634.362,70	9.520.992, 1
124	03.2	DEDUÇÕES DAS RECEITAS CIVENDAS E SERVIÇOS		513.832,29	575.250,6
167	03.2.2	IMPOSTOS S/VENDAS E SERVIÇOS		513.832,29	575.250,6
183	03.2.2.002	PIS S/Vendas e Serviços		91.504,38	40.436,1
	03.2.2.003	COFINS S/Vendas e Serviços		422.327,91	186.628,4
191		CONTRIBUÇÃO SOCIAL S/Vendas e Serviços		0	62.124,0
191 192	03.2.2.004	CONTRIBOGATO COOTAL OF TORIGOD COOTAGOD			
100	03.2.2.004	SIMPLES NACIONAL S/Vendas e Serviços		0	61.972,9

Analisando o recorte feito na integra do documento mostra que a empresa faturou R\$ 13.634.362,70 em 2023 e R\$ 8.520.892,16 em 2022 e fica evidente que a empresa BRISA TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ultrapassou os limites de faturamento estabelecidos para ME/EPP, de acordo com a Lei Complementar 123/2006, Art. 3º, que estabelece os seguintes critérios para enquadramento

> Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

> I - no caso das microempresas, auferido, em cada anocalendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

> II - no caso das empresas de pequeno porte, auferido, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Ressalto, mesmo que a empresa alegue estar cumprindo os limites estabelecidos na Lei dentro do presente exercício, a mesmo só poderia ser considerada ME/EPP no exercício posterior conforme a regras da Lei pois o reenquadramento só pode ser solicitado no início do ano-calendário seguinte, desde que a receita bruta do ano anterior esteja dentro dos limites permitidos, conforme diz a Lei Complementar 123/2006, Art. 3º







§ 9° A empresa desenguadrada do regime poderá reenquadrar-se como ME ou EPP quando, em exercício posterior, atender novamente aos limites de receita bruta estabelecidos.

Fizemos uma consulta pública no site da receita federal para averiguar intenção de reenquadramento e assim como esperado, não registro.



Não satisfeita e não cumprindo as previsões da Lei, apresentou dentro de campo próprio do sistema que era enquadrada como ME/EPP, conforme evidência abaixo retirada de dentro do relatório oficial fornecido pelo sistema compras.gov.br da referida licitação.

IDENTIFICADOR	NOME/RAZÃO SOCIAL	DATA DA DECLARAÇÃO	PORTE DA EMPRESA	TRATAMENTO DIFERENCIADO ME/EPP?	
	AUTOMACAO EMPRESARIAL E TECNOLOGIA LTDA		19	*	
45665595000132	D. G. C. DE MELO LTDA	04/11/2024 17:07	ME ou EPP	Sim	
17206992000100	SUPERMAIS DISTRIBUIDORA LTDA	21/10/2024 09:56	ME ou EPP	Sim	
11984609000169	U.M. SOLUCOES EM IMPRESSAO LTDA.	22/10/2024 14:53	ME ou EPP	Sim	
13067440000108	BRISA TRANSPORTES E SERVICOS LTDA	04/11/2024 16:07	ME ou EPP	Sim	







Tal ato de apresentação de informações falsas infringe a Lei 14.133/2021, Art. 59, que estabelece a responsabilidade do licitante pela veracidade das informações e documentos apresentados.

Art. 59 O licitante é responsável pela veracidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

§ 1º A apresentação de informação ou de documento falso implicará, em qualquer fase da licitação:

I - a responsabilização do licitante e de seus representantes por ato ilícito e, quando for o caso, por crime de falsidade ideológica e de documento falso;

II - o imediato afastamento do licitante da licitação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

A empresa também cometeu o crime de falsidade ideológica ao omitir a verdade nas declarações apresentadas no processo licitatório, conforme o Art. 299 do Código Penal Brasileiro.

Art. 299 Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência a inabilitação da empresa BRISA TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA no procedimento licitatório em questão, com base nas infrações às leis mencionadas. Além disso, considerando a gravidade das infrações e a tentativa clara de lesar a instituição, solicita-se também a aplicação de sanções severas, incluindo o impedimento da empresa de participar de futuras licitações, conforme previsto no Art. 155 da Lei 14.133/2021:

Art. 155 Aquele que, em procedimento licitatório ou na execução de contrato, venha a:

I - demonstrar a má-fé ao prestar declaração falsa ou inexata;

II - fraudar o caráter competitivo do certame;

III - causar, por dolo ou culpa, dano à Administração Pública; será punido com:

- a) advertência;
- b) multa;





- c) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco)
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

DA CONCLUSÃO

Pugnando por justica e legalidade, peco deferimento do presente recurso e a aplicação das devidas sanções à empresa.

Além disso, é importante destacar que a não observância da transparência no tratamento do presente recurso pode acarretar na configuração do crime de prevaricação, conforme previsto no artigo 319 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o responsável às penalidades cabíveis:

> Art. 319 do Código Penal: "Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa."

Reforçamos a necessidade de uma análise justa, criteriosa e imparcial deste recurso, de modo a assegurar que o processo licitatório se desenrole dentro dos princípios de legalidade, moralidade e transparência, evitando qualquer favorecimento indevido ou injustiças.

Desde já, agradecemos a atenção dispensada e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Boa Vista - RR 10 de novembro de 2024

SYDESK SERVICOS ADMINISTRATIVOS, AUTOMACAO

UNIX. EBRI, UPILL'POIANI, JAINI, IPUN VISIA, OUTOMACAO

UNIX. EBRI, UPILL'POIANI, JAINI, OUTOMACAO

UNIX. EMPRES:47583946000191

Assinado de forma digital por SYDESK SERVICOS ADMINISTRATIVOS, AUTOMACAO EMPRES:47583946000191
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=RR, I=Boa Vista, ou=AC SOLUTI Multipla v5, EMPRES:47583946000191 Dados: 2024.11.10 22:47:18 -04'00'

SYDESK SERVICOS ADMINISTRATIVOS, AUTOMACAO EMPRESARIAL E TECNOLOGIA LTDA

> CNPJ: 47.583.946/0001-91 LICITANTE



